



Energisa Nova Friburgo | Resultados de 2012

Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2012**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Nova Friburgo" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2012, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 5 de março de 2013.

1 - Considerações Gerais

A Energisa Nova Friburgo é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 96 mil consumidores no município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro.

O compromisso com a constante busca de melhorias nas atividades operacionais tem permitido à Companhia manter bons resultados nos seus indicadores de desempenho e qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica. Em 2012, a Energisa Nova Friburgo foi vencedora do prêmio IASC na categoria "maior crescimento 2010/2012", um excelente resultado que demonstra a capacidade de reação da Companhia frente à situação enfrentada pelo município em 2011 na maior tragédia natural da sua história, com desmoronamentos que tiveram fortes reflexos no fornecimento de energia elétrica.

2 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Nova Friburgo totalizaram R\$ 10,7 milhões em 2012, contra R\$ 20,3 milhões no exercício anterior. Com o foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, destacam-se as seguintes realizações no ano:

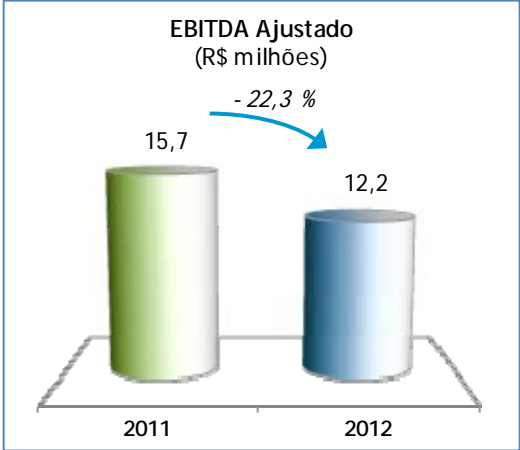
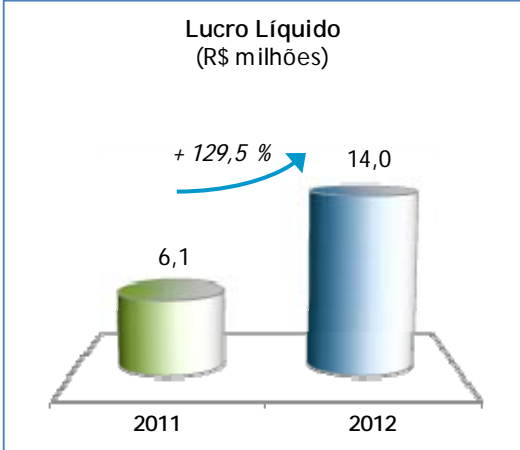
- reforma de 51 circuitos de baixa tensão;
- padronização da rede de distribuição através da substituição de transformadores de distribuição 220/127 Volts por transformadores 380/220 Volts;
- modernização de medição nas barras de subestações;
- instalação de filtro de óleo nos transformadores com comutação em carga das subestações Tadeu Aor e Julius Arps;
- substituição de para-raios e banco de baterias em subestações;
- reforma da rede de distribuição adquirida da CERTEF;
- substituição do disjuntor do transformador 69 kV/11,4 kV e do banco de capacitores na subestação Tadeu Aor;
- instalação de 19 religadores nas redes de distribuição.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Nova Friburgo no ano:

Descrição do ativo	Dez / 2012	Dez / 2011	Acréscimo 2012/2011
Subestações - nº	6	6	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	127	127	-
Linhas de transmissão - km	16	16	-
Redes de distribuição (próprias) - km	1.870	1.849	21
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	3.375	3.347	28
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	153	151	2

3 - Destaques econômico-financeiros

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2012:

Indicadores Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	160,5	163,3	- 1,7
Receita Operacional Líquida	101,4	105,3	- 3,7
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	6,4	10,0	- 36,0
EBITDA	10,6	14,3	- 25,9
Resultado Financeiro	14,6	(1,0)	-
Resultado antes dos impostos	21,1	9,0	+ 134,4
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>EBITDA Ajustado (R\$ milhões)</p> <p>- 22,3 %</p> <p>2011: 15,7 2012: 12,2</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Lucro Líquido (R\$ milhões)</p> <p>+ 129,5 %</p> <p>2011: 6,1 2012: 14,0</p> </div> </div>			
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	133,6	114,2	+ 17,0
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	9,2	6,2	+ 48,4
Patrimônio Líquido	58,5	50,6	+ 15,6
Endividamento Líquido	46,5	35,6	+ 30,6
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos	96.007	94.400	+ 1,7
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	327	318	+ 2,8
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	5,40	5,44	- 0,04 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	12,0	14,9	- 2,9 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,8	2,3	+ 65,2

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.1 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

A Energisa Nova Friburgo registrou lucro líquido de R\$ 14,0 milhões em 2012, o que representa um aumento de 129,5% em relação ao registrado em 2011. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 12,2 milhões, contra R\$ 15,7 milhões em 2011. Apresenta-se a seguir a composição da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Exercício		
	2012	2011	Variação %
(=) Lucro Líquido	14,0	6,1	+ 129,5
(-) Contribuição social e imposto de renda	(7,0)	(2,9)	+ 141,4
(-) Resultado financeiro	14,6	(1,0)	-
(-) Depreciação e amortização	(4,2)	(4,3)	- 2,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	10,6	14,3	- 25,9
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,6	1,4	+ 14,3
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	12,2	15,7	- 22,3
Margem do EBITDA Ajustado	12,0	14,9	- 2,9 p.p

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2012, a Companhia já distribuiu dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 3,9 milhões, pagos a partir de: i) 17 de agosto de 2012, correspondentes a R\$ 2,9 milhões (R\$ 216,13 por ação), e ii) 21 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 1,0 milhão (R\$ 77,100105 por ação). Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 9,5 milhões (R\$ 708,2015373 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício no valor de R\$ 13,1 milhões representam 93,60% do lucro líquido apurado pela Companhia.

3.2 - Despesas operacionais

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Variação em		
	2012	2011	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	26,1	25,4	+ 0,7
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	9,1	7,8	+ 1,3
1.2 - Material	1,0	1,3	- 0,3
1.3 - Serviços de terceiros	16,0	16,3	- 0,3
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	51,2	44,7	+ 6,5
3 - Depreciação e amortização	4,1	4,3	- 0,2
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	0,1	(0,3)	+ 0,4
5 - Outras despesas / receitas	3,1	2,5	+ 0,6
Subtotal (1+2+3+4+5)	84,6	76,6	+ 8,0
6 - Custo de construção	10,4	18,7	- 8,3
Total	95,0	95,3	- 0,3

4 - Desempenho operacional

As constantes buscas de melhorias de gestão têm permitido à Companhia manter bons resultados e uma posição privilegiada dos indicadores operacionais, que se situam entre os melhores do país.

4.1 - Gestão das perdas de energia: os índices de perdas de energia elétrica reduziram mais uma vez chegando ao patamar de 5,40%. Esse patamar, que é um dos mais baixos do país, é 0,04 ponto percentual menor em relação ao ano anterior.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência, considerando o que não foi recebido em relação ao que foi vendido nos últimos 12 meses, ficou em 0,32%, reflexo da boa gestão das contas a receber.

4.3 - DEC e FEC: a significativa redução dos indicadores de continuidade (DEC e FEC) em 2012 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema. O DEC foi 31,4% melhor que no ano anterior e o FEC apresentou uma melhoria de 26,5%, na mesma base de comparação.

Indicadores operacionais	2012	2011	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	5,40	5,44	- 0,04 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	0,32	0,35	- 8,6
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	1,17	1,60	- 26,9
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	75,3	78,3	- 3,8
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	65,97	48,40	+ 36,3
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	9,17	13,37	- 31,4
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	7,59	10,33	- 26,5

(*) IASC de 2010, pois em 2011 não foi realizada a pesquisa.

4.4 - Mercado de energia: a energia total distribuída pela Companhia em 2012 atingiu 327 GWh, representando um crescimento de 2,9% em relação a 2011. Entre as classes de consumidores cativos, que mostraram um aumento de 2,6% no consumo, merece destaque a classe comercial, com aumento de 9,0% no ano. O consumo da classe residencial avançou 1,8%, enquanto a classe industrial mostrou queda de 1,6% no consumo na mesma base de comparação.

5 - Gestão de pessoas

Ciente da importância de seus 183 colaboradores (40 terceirizados) no cumprimento de sua missão e de seus objetivos estratégicos, a Energisa Nova Friburgo dedicou aproximadamente 14 mil homem/hora aos treinamentos realizados, representando 101 horas por colaborador, com investimentos de R\$ 74 mil, demonstrando que o desenvolvimento do nosso capital humano é o pilar da empresa.

Desde 2009 a Energisa mantém um Núcleo de Educação a Distância (NEAD), que lhe rendeu, inclusive, uma participação especial no Fórum de Educação Corporativa promovido pelo IQPC - International Quality and Productivity Center. Em 2012, foram dedicadas nessa modalidade 8.304 homem/hora.

Além disso, em 2012 o Grupo Energisa estruturou as ações de capacitação e desenvolvimento por meio do **Programa de Educação Corporativa** tendo como direcionadores a Missão, Visão e Valores da Companhia, seus desafios de negócio, competências e diretrizes estratégicas, bem como a definição de escolas e trilhas de aprendizagem, de forma a permitir o desenvolvimento dos seus colaboradores e suportar as estratégias do Grupo.

O Grupo Energisa também vem dando ênfase ao desenvolvimento de sua liderança, com continuidade do **Portal Líder Energisa**, proporcionando a aquisição de conteúdos alinhados às estratégias e permitindo o retorno dos investimentos do Grupo. Em 2012 o programa contemplou 14 cursos, com aproximadamente 3.856 horas de treinamento junto a todos os gestores do Grupo. Para o alcance dos objetivos traçados, foi estabelecido parceria com a Mindquest, com a disponibilidade de conteúdos da Harvard Business e Chicago Booth, abrangendo um número maior de pessoas, com melhor qualidade das ações educacionais e maior integração e alinhamento às necessidades da organização, com foco em resultados.

A Energisa Nova Friburgo deu ainda continuidade ao programa estruturado de Geração de Talentos, com a seleção de dois *trainees*, que, durante 2013, vão conhecer as diversas áreas da empresa, seus processos e atividades, visando oxigenar seu quadro técnico, mantendo-o capacitado para acompanhar a evolução da gestão da empresa e das tecnologias do setor, preservando desta forma, seu Capital Intelectual.

6 - Responsabilidade socioambiental

A Energisa Nova Friburgo sabe da importância do seu papel social e está cada vez mais presente junto à comunidade por meio de patrocínios e incentivos a ações culturais, ambientais, sociais e esportivas. Através da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, patrocinou em Nova Friburgo o Projeto Sinergia levando milhares de pessoas a eventos itinerantes de música e teatro, realizados de fevereiro a julho de 2012 na cidade e nos distritos de Nova Friburgo.

Ainda em 2012, a empresa patrocinou a produção de três longa-metragens. "Sobre a Neblina", adaptação da obra de Cristiana Tassis e dirigido por Paula Gaitan, cuja temática é o amor. "Meu Pé de Laranja Lima" que é quase uma autobiografia do escritor José Mauro de Vasconcelos, contando sua vida desde a infância, e o filme "Quase Samba", de Ricardo Targino. Ainda na área cultural, a Energisa Nova Friburgo patrocinou em 2012 o projeto Polo de Cultura do Centro Cultural Roda Viva que proporcionará ao longo do ano de 2013 oficinas de música, teatro, dança e artes plásticas para aproximadamente 3 mil crianças e jovens do Complexo do Borel, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A Energisa Nova Friburgo lançou um projeto de grande impacto e interesse social em 2012: Biblioteca Energisa. Com um ponto agregado à agência de atendimento, a biblioteca incentiva a leitura por meio da troca de livros: basta o cliente levar um livro em bom estado de conservação e trocar por outro.

O Projeto Nossa Energia, associado ao Programa de Eficiência Energética da Aneel, continuou como grande destaque na área social. Desde que foi implantado, em 2011, a Energisa Nova Friburgo percorreu o município e seus distritos levando informação sobre o uso seguro e consciente da energia elétrica. Em dois anos, o projeto beneficiou milhares de famílias cadastradas na Tarifa Social de Energia Elétrica - Baixa Renda, alcançando os seguintes resultados: doação de 24 padrões de energia e substituição de mais de 9 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes, distribuição de quase 180 duchas eficientes e quase 700 geladeiras. Além disso, o Projeto Nossa Energia levou atividades educativas por meio de vídeos interativos e palestras a mais de 2,6 mil alunos de escolas municipais e estaduais.

Na área do esporte, a Energisa Nova Friburgo patrocinou o Projeto Magia V, viabilizando a participação de uma equipe de alto nível, liderada pelos irmãos Torben e Lars Graef, nos principais eventos de vela de oceano da temporada 2013.

A Energisa Nova Friburgo trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. Merecem destaque: o descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública; o desenvolvimento de campanhas internas e externas pela educação e conscientização ambiental (3Rs, redução consumo água, uso adequado da energia elétrica, etc.); a contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental.

7 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Energisa Nova Friburgo em 2012 foi de R\$ 31 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Balanço Social

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2012						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2012 Valor			2011 Valor		
Receita líquida (RL)			101441			105.322
Resultado operacional (RO)			21070			9.134
Folha de pagamento bruta (FPB)			7.594			6.339
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	914	12,04%	0,90%	776	12,24%	0,74%
Encargos sociais compulsórios	1524	20,07%	1,50%	1323	20,87%	1,26%
Previdência privada	118	1,55%	0,12%	94	1,48%	0,09%
Saúde	355	4,67%	0,35%	255	4,02%	0,24%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	200	3,16%	0,19%
Educação	23	0,30%	0,02%	18	0,28%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	74	0,97%	0,07%	51	0,80%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	8	0,11%	0,01%	17	0,27%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	1262	16,62%	1,24%	718	11,33%	0,68%
Outros	266	3,50%	0,26%	247	3,90%	0,23%
Total - Indicadores sociais internos	4.544	59,84%	4,48%	3.699	58,35%	3,51%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	124	0,59%	0,12%	76	0,83%	0,07%
Cultura	211	1,00%	0,21%	242	2,65%	0,23%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	2	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	151	0,72%	0,15%	116	1,27%	0,11%
Total das contribuições para a sociedade	488	2,32%	0,48%	434	4,75%	0,41%
Tributos (excluídos encargos sociais)	49.799	236,35%	49,09%	47.441	519,39%	45,04%
Total - Indicadores sociais externos	50.287	238,67%	49,57%	47.875	524,14%	45,46%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.682	22,22%	4,62%	9.807	107,37%	9,31%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.682	22,22%	4,62%	9.807	107,37%	9,31%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período	143			126		
Nº de admissões durante o período	32			26		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	11			16		
Nº de estagiários(as)	2			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	25			31		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	24			24		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	28,57%			25,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	25			15		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	3			3		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012			Metas 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	21,36			21,36		
Número total de acidentes de trabalho	2			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1686	no Procon -	na Justiça 101	na empresa 1531	no Procon 3	na Justiça 97
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 97,89%	no Procon -	na Justiça 15%	na empresa 97,89%	no Procon 100%	na Justiça 15%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: 88.350			Em 2011: 77.800		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	70% governo 5% acionistas	9% colaboradores(as) 5% terceiros	1% retido	76% governo 8% acionistas	9% colaboradores(as) 7% terceiros	1% retido
7 - Outras Informações	2012			2011		
7) Investimentos sociais						
7.1- Programa Luz para Todos						
7.1.1- Investimento da União	0			0		
7.1.2- Investimento do Estado	0			0		
7.1.3- Investimento do Município	0			0		
7.1.4- Investimento da Concessionária	0			0		
Total - Programa Luz para Todos (7.1 a 7.1.4)	0			0		
7.2- Programa de eficiência Energética	393			1311		
7.3- Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	848			373		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	1.241			1.684		

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (reclassificado)	1/1/2011 (reclassificado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5	5.260	4.262	9.395
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	3.007	270	152
Consumidores e concessionárias	6	14.623	17.187	14.245
Títulos de créditos a receber	7	354	224	193
Estoques		377	519	309
Impostos a recuperar	10	6.128	5.958	6.069
Baixa renda e outros créditos	11	5.065	4.449	4.724
Total do circulante		34.814	32.869	35.087
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	900	1.619	1.618
Consumidores e concessionárias	6	368	368	368
Títulos de créditos a receber	7	19	7	4
Partes relacionadas	12	558	-	-
Créditos tributários	13	1.562	8.059	9.818
Impostos a recuperar	10	3.529	3.643	1.725
Depósitos e cauções vinculados	20	1.730	1.713	1.868
Instrumentos financeiros derivativos	29	4.082	165	-
Contas a receber da concessão	14	68.786	48.146	32.221
		81.534	63.720	47.622
Investimentos		47	44	50
Intangível	15	13.348	17.543	18.910
Imobilizado	15	3.812	-	-
Total do não circulante		98.741	81.307	66.582
Total do Ativo		133.555	114.176	101.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (reclassificado)	1/1/2011 (reclassificado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	16	7.170	6.767	6.689
Encargos de dívida	17	591	345	495
Empréstimos e financiamentos	17	2.061	13.190	15.213
Tributos e contribuições sociais	18	1.584	3.064	4.962
Parcelamento de impostos	19	-	1.157	4.387
Dividendos	21.4	-	2.446	160
Participações		1.039	501	525
Encargos do consumidor a recolher		1.142	965	912
Benefícios a empregados - plano de pensão	30	115	67	84
Obrigações estimadas		601	560	535
Obrigações Intrasetoriais		3.251	3.303	2.732
Outras contas a pagar		838	958	802
Total do circulante		18.392	33.323	37.496
Não circulante				
Fornecedores	16	113	104	93
Empréstimos e financiamentos	17	52.560	26.640	11.303
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	168	-
Tributos e contribuições sociais	18	1.331	121	130
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	648	169
Parcelamento de impostos	19	-	-	1.468
Benefícios a empregados - plano de pensão	30	383	364	262
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	20	2.260	2.222	1.937
Outras contas a pagar		7	-	-
Total do não circulante		56.654	30.267	15.362
Patrimônio líquido				
Capital social	21	32.650	32.650	32.650
Reservas de capital	21.1	11.248	11.248	11.248
Reservas de lucros	21.2	5.126	4.424	4.117
Dividendos adicionais propostos	21.3	9.485	2.264	796
		58.509	50.586	48.811
Total do Passivo		133.555	114.176	101.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação em circulação)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	22	101.441	105.322
Custo do serviço de energia elétrica	23	(78.116)	(78.525)
Lucro Bruto		23.325	26.797
Despesas com vendas	23	(3.801)	(4.474)
Despesas gerais e administrativas	23	(12.447)	(12.145)
Outras receitas	24	1.423	989
Outras despesas	24	(2.081)	(1.138)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		6.419	10.029
Receita Financeira	25	18.521	3.095
Despesa Financeira	25	(3.870)	(4.139)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		14.651	(1.044)
Lucro antes dos impostos		21.070	8.985
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(1.967)	(3.533)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(5.072)	683
Lucro líquido do exercício		14.031	6.135
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	26	1.048,11	458,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	14.031	6.135
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	14.031	6.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (ajustado)
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		21.070	8.985
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		4.126	4.641
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	14	(16.286)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23	188	266
Depreciação e amortização	23	4.144	4.285
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	24	658	366
Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	(37)	(570)
Marcação a mercado de derivativos	25	(1.644)	(165)
Instrumentos financeiros derivativos	25	(1.351)	168
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		2.525	(2.896)
(Aumento) de títulos de créditos a receber		(168)	(109)
Diminuição (aumento) de estoques		142	(210)
(Aumento) de impostos a recuperar		(57)	(1.806)
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(17)	153
(aumento) diminuição de despesas pagas antecipadamente		(12)	14
(Aumento) diminuição de outros créditos		10	1.216
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(464)	89
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais		(619)	(2.578)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(839)	(330)
(Diminuição) de parcelamento de impostos		-	(4.698)
Aumento de obrigações Estimadas		42	25
Aumento de encargos do consumidor a recolher		177	52
Aumento de outras Contas a Pagar		439	788
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais		12.028	7.686
Atividades de investimentos			
Aplicações Financeiras e Recursos Vinculados		(2.941)	(87)
Resgate de aplicações financeiras		875	15
Aplicações no intangível		(8.980)	(20.155)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	24	1.423	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos		(9.623)	(20.227)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos		25.234	21.265
Pagamentos de empréstimos - principal		(13.388)	(8.259)
Pagamentos de empréstimos - juros		(2.450)	(3.524)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(1.010)	-
Pagamentos de dividendos		(8.635)	(2.074)
Pagamento de parcelamento de impostos		(1.157)	-
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(1.406)	7.408
Variação líquida do caixa		998	(5.133)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		4.262	9.395
Caixa mais equivalentes de caixa finais		5.260	4.262
Variação líquida do caixa		998	(5.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstrações do Valor Adicionado

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		150.194	144.611
Outras receitas	24	1.423	989
Receitas relativas a construção de ativos próprios	23	10.354	19.561
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	23	(188)	(266)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia vendida		56.194	49.111
Materias e serviços de terceiros		17.656	34.644
Outros custos operacionais		13.960	2.150
		<u>87.810</u>	<u>85.905</u>
Valor adicionado bruto		<u>73.973</u>	<u>78.990</u>
Amortização e depreciação	23	<u>4.144</u>	<u>4.285</u>
Valor adicionado líquido		<u>69.829</u>	<u>74.705</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	18.521	3.095
Valor adicionado a distribuir		<u>88.350</u>	<u>77.800</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		6.142	5.342
Benefícios		1.483	1.354
FGTS		425	329
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		16.343	12.190
Estaduais		34.767	36.419
Municipais		213	155
Obrigações Intrassetoriais		10.352	10.220
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	25	3.870	4.908
Aluguéis	23	724	748
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e dividendos adicionais propostos	21.4	13.410	5.907
Reserva legal	21.4	702	307
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	21.4	(81)	(79)
		<u>88.350</u>	<u>77.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital			Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Remuneração de imobilizado em curso	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Legal			
Saldos em 01 de janeiro de 2011		32.650	179	11.065	4	4.117	796	-	48.811
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(796)	-	(796)
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	79	79
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	6.135	6.135
Proposta de destinação do Lucro Líquido:									
Reserva legal	21.3	-	-	-	-	307	-	(307)	-
Dividendos	21.4	-	-	-	-	-	-	(3.643)	(3.643)
Dividendos adicionais propostos	21.4	-	-	-	-	-	2.264	(2.264)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		32.650	179	11.065	4	4.424	2.264	-	50.586
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(2.264)	-	(2.264)
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	81	81
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.031	14.031
Proposta de destinação do Lucro Líquido:									
Reserva legal	21.3	-	-	-	-	702	-	(702)	-
Dividendos	21.4	-	-	-	-	-	-	(3.925)	(3.925)
Dividendos adicionais propostos	21.4	-	-	-	-	-	9.485	(9.485)	-
Saldos em 31 dezembro de 2012		32.650	179	11.065	4	5.126	9.485	-	58.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa NF”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 96.007 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia teve sua sede alterada para a cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

A referida legislação aborda os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia terá sua concessão expirando em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, em 15 de outubro de 2012, manifestou suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causarão impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita terá em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Abaixo estão listadas algumas das principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 15, 16, 22, 32 e 33, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *IFRS* emitidas pelo International Accounting Standards Board - *IASB*.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em Reunião de Diretoria de 05 de março de 2013.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90

dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de uma acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também esta sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 600 de 07 de outubro de 2009 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos no resultado do exercício.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 1 - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9;

IFRS 7 - Divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros;

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. Entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo - (CPC 46);

IAS 1 - Esclarecimentos dos requerimentos das informações comparativas;

IAS 16 - Classificação dos equipamentos de serviço;

IAS 19 - Benefícios a empregados - Traz modificação na contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano que exigem o reconhecimento dessas alterações conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" (CPC 33 R1);

IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas - (CPC 35 R2);

IAS 32 - Efeitos tributários da distribuição dos instrumentos de patrimônio para os acionistas, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013 e Compensação de ativos e passivos financeiros, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014;

IAS 34 - relatórios financeiros interinos e informações por segmentos para o total de ativos e passivos.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da sua data de aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;

b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na explicativa nº 30.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;

e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão. Até 31 de dezembro de 2011, diante das incertezas vinculadas ao valor de indenização desses ativos, a Administração da Companhia concluiu que a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão seria o valor dos ativos em serviço registrados ao seu custo histórico contábil.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em data subsequente ao encerramento do exercício, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, em 31 de dezembro de 2012, foi registrado como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem;

h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;

i. Arrendamento mercantil financeiro - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro estão reconhecidos como ativo intangível, sendo amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira;

j. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;

k. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;

l. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de

mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já feitas em 31 de dezembro de 2012;

m. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

n. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;

o. Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável no prazo;

p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

q. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;

s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza as suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não

justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;

t. Benefícios a empregados - benefício definido - a obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

3.3 Ajuste e Reclassificação:

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi feita a reclassificação dos saldos inicial e final de 2011 em relação aos originalmente publicados referentes a:

Impostos a recuperar e créditos tributários

	2011	2011	01/01/2011	01/01/2011
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Impostos a recuperar				
Crédito fiscal	5.896	-	7.267	-
Circulante	7.384	5.958	7.440	6.069
Não circulante	8.113	3.643	7.621	1.725
Total de impostos a recuperar	15.497	9.601	15.061	7.794
Créditos tributários				
Diferenças temporárias - não circulante	2.163	8.059	2.551	9.818
Total dos créditos tributários	2.163	8.059	2.551	9.818

Demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao período anterior

A Companhia revisou, no exercício, a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, e realocou as transações de aplicação financeira e recursos vinculados apresentadas anteriormente nas atividades operacionais para as atividades de investimentos. Como consequência, as demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício inicial e final de 2011 estão sendo alterados para fins de comparação.

	<u>2011</u> <u>Publicado</u>	<u>2011</u> <u>Ajustado</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante (Aumento) de aplicação financeira e recursos vinculados	(87)	-
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	7.599	7.686
Atividades de investimentos		
Aplicação financeira e recursos vinculados	-	(87)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(20.140)	(20.227)
Variação Líquido do caixa	(5.133)	(5.133)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	9.395	9.395
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.262	4.262
Variação Líquido do caixa	<u>(5.133)</u>	<u>(5.133)</u>

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro sendo este o seu único segmento reportável e, sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado						
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2012	2011	01/01/2011
BIC Banco	CDB	03/08/2011	113% do CDI	-	-	1.611
CEF	CDB	29/12/2014	100,5% do CDI	1.800	-	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	202	758
Fundo Plural	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	2.784
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	803
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	4	51
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	916	2.217	604
Mercantil FID	CDB	21/11/2022	105,0% do CDI	5	159	171
Santander	Debêntures (**)	10/12/2014	103,2% do CDI	54	-	-
Total				2.775	2.582	6.782
Caixa e bancos				2.485	1.680	2.613
Total caixa e equivalente de caixa				5.260	4.262	9.395

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado						
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2012	2011	01/01/2011
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.002	-	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	347	-	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.500	-	-
ABC Brasil	CDB	19/2/2013	106,0% do CDI	97	91	83
BES	CDB	19/3/2015	103,0% do CDI	2	2	15
Bradesco	CDB	4/10/2013	96,0% do CDI	3	2	2
CEF	Poupança	-	Poupança	-	120	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	56	55	52
				3.007	270	152

b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento						
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	25/01/2013 a 29/12/2020	100,0% do CDI	900	1.619	1.618
				900	1.619	1.618
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				3.907	1.889	1.770
Circulante				3.007	270	152
Não circulante				900	1.619	1.618

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos						2012	2011	01/01/2011
	(1)	até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias			
Residencial	3.293	1.519	287	102	6	-	5.207	6.499	5.937
Industrial	1.419	140	8	2	-	-	1.569	1.870	1.959
Comércio, serviços e outras atividades	2.115	364	44	12	31	32	2.598	2.618	2.333
Rural	41	33	9	4	8	-	95	118	124
Poder Público:									
Federal	16	5	1	-	-	-	22	20	14
Estadual	41	12	2	-	-	-	55	53	40
Municipal	221	64	13	1	-	-	299	285	203
Iluminação pública	491	-	-	-	-	-	491	522	453
Serviço público	295	-	-	-	-	-	295	288	284
Subtotal - consumidores	7.932	2.137	364	121	45	32	10.631	12.273	11.347
Concessionárias (2)	334	-	-	-	-	368	702	714	763
Fornecimento não faturado	3.123	-	-	-	-	-	3.123	3.926	2.882
Outros valores a receber	976	-	-	-	-	-	976	1.043	69
(-) Provisão devedores duvidosos	-	-	-	(102)	(37)	(302)	(441)	(401)	(448)
Total	12.365	2.137	364	19	8	98	14.991	17.555	14.613
Circulante							14.623	17.187	14.245
Não Circulante							368	368	368

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$368 (R\$368 em 2011 e R\$ 368 em 01/01/2011), que estão vinculados a liminares de dezembro de 2002. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2012	2011	01/01/2011
Títulos de créditos a receber	656	487	420
Ajuste a valor presente	(17)	(16)	(11)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(266)	(240)	(212)
	<u>373</u>	<u>231</u>	<u>197</u>
Circulante	354	224	193
Não circulante	19	7	4

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2012 os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2012
Vencidos	266
2013	354
2014	11
2015	6
2016	2
Total	<u>639</u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2012	2011
Saldo - inicial	641	660
Provisões constituídas no exercício	131	284
Reversão de provisões no exercício	(65)	(303)
Saldo - final - circulante	<u>707</u>	<u>641</u>
Consumidores e concessionárias	441	401
Títulos de créditos a receber	266	240

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da ENF com reajuste que gerou uma redução de 4,82%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

10. Impostos a recuperar

	2012	2011	01/01/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.543	4.054	2.281
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	551	6	106
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	24	65	963
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	248	3	56
Contribuição do PIS e da COFINS	5.291	5.473	4.388
	<u>9.657</u>	<u>9.601</u>	<u>7.794</u>
Circulante	6.128	5.958	6.069
Não circulante	3.529	3.643	1.725

11. Baixa renda e outros créditos

	2012	2011	01/01/2011
Baixa renda	621	844	555
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	3.011	2.461	1.129
Ordens de serviço em curso - outros	252	26	25
Outros	1.181	1.118	3.015
	5.065	4.449	4.724
		2012	2011
Saldo - inicial - circulante		844	555
Subvenção baixa renda		1.121	1.552
Ressarcimento Eletrobrás		(1.692)	(1.263)
Contas a receber Eletrobrás - CDE		348	-
Saldo - final - circulante		621	844

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Tonon Bioeletricidade, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Companhia Tonon Bioelétrica e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela companhia:

	EMG (1)	ESO (2)	Energisa S/A (3)	Usina Maurício (4)	2012	2011	01/01/2011
Transações:							
Serviços contratados	-	(8.363)	(4.404)	-	(12.767)	(12.433)	(11.605)
Encargos do uso do sistema da distribuição	1.321	-	-	-	1.321	1.177	1.535
					2012	2011	01/01/2011
Saldo a pagar - fornecedores	-	584	346	-	930	1.467	865
Saldo a receber - consumidores e concessionárias	94	-	-	-	94	150	169
Saldo a receber - empresas controladas e coligadas	-	-	-	558	558	-	-

(1) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(2) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(3) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(4) Alienação de ativos de geração.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a remuneração dos membros da Diretoria foi de R\$774 (R\$687 em 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora do benefício de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$50 (R\$87 em 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$139 (R\$130 em 2011).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$15 e R\$2 (R\$14 e R\$2 em 2011), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2012 foi de R\$7 (R\$6 em 2011).

Na AGE de 25 de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$1.937.

13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2012	2011	01/01/2011
Ativo			
Prejuízos fiscais	360	-	-
Base negativa de contribuição social	72	-	-
Diferenças temporárias (1)			
Imposto de renda	824	5.918	7.218
Contribuição social	306	2.141	2.600
Total - não circulante	1.562	8.059	9.818
Passivo			
Imposto de renda	-	476	124
Contribuição social	-	172	45
Total - não circulante	-	648	169

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões, resultado de operações de swaps e benefício fiscal de ágio incorporado no valor de R\$4.470.

O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 771 de 19 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2013	1.699
2014	1.714
2015	(1.851)
Total	1.562

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2012	2011
Lucro antes dos impostos	21.070	8.985
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(7.163)	(3.055)
Ajustes:		
Outros	124	205
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.967)	(3.533)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	(5.072)	683
Alíquota efetiva	33,4%	31,7%

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconhece o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo reconhecido no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$16.286.

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Ativo financeiro custo histórico - 2010	32.221
Adições no exercício	16.839
Baixas no exercício	(914)
Ativo financeiro custo histórico -2011	48.146
Adições no exercício (*)	4.973
Baixas no exercício	(619)
Ativo financeiro custo histórico - 2012	52.500
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	16.286
Ativo financeiro custo corrigido - 2012	68.786

(*) Inclui, (R\$2.200), referente a aplicação da Resolução Normativa ANEEL nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

15. Intangível e Imobilizado

a) Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo inicial 2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2012
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	62.990	-	(6.122)	(1.321)	-	55.547
Amortização	(43.944)	-	2.266	1.190	(4.037)	(44.525)
Subtotal	19.046	-	(3.856)	(131)	(4.037)	11.022
Em Curso	2.690	10.751	(1.470)	(4.895)	-	7.076
Total	21.736	10.751	(5.326)	(5.026)	(4.037)	18.098
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	1.574	-	13	147	-	1.734
Amortização	(834)	-	-	-	(203)	(1.037)
Subtotal	740	-	13	147	(203)	697
Em Curso	3.453	685	(13)	(72)	-	4.053
Total	4.193	685	-	75	(203)	4.750
Total do intangível	17.543	10.066	(5.326)	(5.101)	(3.834)	13.348
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Software	-	-	565	(50)	-	515
Reservatório, Barragens e Adutoras	-	-	2.033	-	-	2.033
Edificações e benfeitorias	-	-	554	-	-	554
Máquinas e equipamentos	-	-	3.848	(1.369)	-	2.479
Veículos	-	-	123	-	-	123
Móveis e utensílios	-	-	1.025	-	-	1.025
Depreciação Acumulada	-	-	(2.822)	215	(310)	(2.917)
Total Imobilizado	-	-	5.326	(1.204)	(310)	3.812
Total Geral	17.543	10.066	-	(6.305)	(4.144)	17.160

(*) Inclui R\$4.973 de transferência para Contas a Receber da Concessão e R\$3.812 transferido para o Ativo Imobilizado.

	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2011
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	61.521	-	5.043	(3.574)	-	62.990
Amortização	(42.553)	-	-	3.208	(4.599)	(43.944)
Subtotal	18.968	-	5.043	(366)	(4.599)	19.046
Em Curso	4.474	20.294	(5.043)	(17.035)	-	2.690
Total	23.442	20.294	-	(17.401)	(4.599)	21.736
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	1.500	-	43	31	-	1.574
Amortização	(520)	-	-	-	(314)	(834)
Subtotal	980	-	43	31	(314)	740
Em Curso	3.552	139	(43)	(195)	-	3.453
Total	4.532	139	-	(164)	(314)	4.193
Total Geral	18.910	20.155	-	(17.237)	(4.285)	17.543

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização esta sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,80% (4,48% em 2011 e 4,48% em 01/01/2011).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, estão reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2012	2011	01/01/2011
Contribuições do consumidor	9.067	8.385	8.249
Participação da União - recursos CDE	163	163	163
(-) Amortização acumulada	(1.036)	(834)	(520)
Total	8.194	7.714	7.892
Alocação:			
Contas a receber da concessão	3.444	3.521	3.360
Infraestrutura - Intangível em serviço	697	740	980
Infraestrutura - Intangível em curso	4.053	3.453	3.552
Total	8.194	7.714	7.892

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos. A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em junho de 2008.

Durante o exercício de 2012 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2012	2011
Encargos financeiros - encargos de dívida - juros	2.740	3.165
(-) Transferência para o intangível em curso (*)	(210)	(769)
Efeito líquido no resultado	2.530	2.396

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide Nota Explicativa nº25.

16. Fornecedores

	2012	2011	01/01/2011
Circulante			
Suprimento (1):			
Ampla	1.407	1.215	1.695
Energia Livre	113	104	93
Uso do sistema de Transmissão/distribuição	3.369	3.094	2.937
Materiais, serviços e outros (2)	2.394	2.458	2.057
Total	7.283	6.871	6.782
Circulante	7.170	6.767	6.689
Não circulante	113	104	93

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		
		Circulante	Não Circulante	2012	2011	01/01/2011
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	6.693	13.234
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	20	-	4.000	4.020	4.053	4.058
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	91	272	363	440	529
Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	-	-	632	632	-	-
Banco Pine - repasse BNDES	-	-	-	-	926	2.346
Banco HSBC - repasse BNDES I	2	147	344	493	67	215
Banco HSBC - repasse BNDES II	1	68	159	228	792	816
Banco HSBC - repasse BNDES III	1	48	113	162	265	313
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	6	183	1.278	1.467	1.651	-
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	1	77	383	461	480	-
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	3	77	533	613	688	-
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	2	125	877	1.004	1.133	-
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	205	557	1.443	2.205	2.088	-
Banco Itaú BBA - repasse FINAME	3	74	401	478	407	106
Banco Santander Brasil	-	-	-	-	5.021	5.590
Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	16	433	4.795	5.244	-	-
Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	36	181	1.117	1.334	-	-
Total em moeda nacional	296	2.061	16.347	18.704	24.704	27.207
(-) custos de captação incorridos na contratação	(3)	-	(47)	(50)	(117)	(196)
Em moeda estrangeira						
Citibank	145	-	16.975	17.120	15.588	- (1)
Bank of America Merrill Lynch	51	-	8.230	8.281	-	- (1)
Banco Itaú BBA	102	-	11.055	11.157	-	- (1)
Total em moeda estrangeira	298	-	36.260	36.558	15.588	-
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	591	2.061	52.560	55.212	40.175	27.011

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$900 (R\$1.889 em 2011 e R\$1.770 em 01/01/2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	mai-2019	mensal, após 2014	-	48	RGR	+ 5,0%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	20	TJLP	+ 4,3%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	20	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	
Banco HSBC - repasse BNDES III	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	20	TJLP	+ 3,9%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48	TJLP	+ 4,75%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48	UMBND	+ 3,75% + juros variáveis	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48	TJLP	+ 5,95%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48		pré-fixado 5,5%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	19		pré-fixado 5,5%	
Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal	Aval Energisa S.A.	50		pré-fixado 4,5%	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun-2018	mensal, após jun-2013	Aval Energisa S.A.	37	TJLP	+ 4,65%	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	jun-2018	mensal, após jun-2013	Aval Energisa S.A.	34	UMBND	+ 3,65%	
Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	21	Libor	+ 2,25%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	fev-2014	final	Aval Energisa S.A.	14	Libor	+ 2,45%	(1)
Banco Itaú BBA	ago-2015	Final	Aval Energisa S.A.	36	Dólar	+ 3,2466%	(1)

(1) Possui Swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2012	2011
US\$ x R\$	8,94%	12,58%
TJLP	5,0%	6,0%
SELIC	8,49%	11,62%
CDI	7,28%	11,60%
IPCA	5,84%	6,50%
IGP-M	7,81%	5,10%

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2012
2014	28.083
2015	13.966
2016	2.252
2017	1.979
2018	2.591
Após 2018	3.689
	<u>52.560</u>

18. Tributos e Contribuições Sociais

	2012	2011	01/01/2011
ICMS	-	655	2.916
Encargos Sociais	214	186	200
IRPJ	999	282	164
CSSL	488	257	130
PIS/COFINS	976	1.452	1.347
IRRF	-	34	48
Outros	238	319	287
Total	<u>2.915</u>	<u>3.185</u>	<u>5.092</u>
Circulante	1.584	3.064	4.962
Não circulante	1.331	121	130

19. Parcelamento de impostos

A Companhia quitou em abril de 2012 o parcelamento do saldo remanescente do Programa especial - PAES. No exercício, foram efetuados pagamentos de R\$1.178 e registrados juros Selic de R\$21, contabilizado no resultado financeiro (R\$1.157 em 2011 e R\$5.855 em 01/01/2011).

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	94	73	-	6	173
Cíveis	1.141	94	(203)	62	1.094
Fiscais	987	-	-	6	993
Total	2.222	167	(203)	74	2.260
Depósitos e cauções vinculados (*)	(434)				(540)

	Saldo inicial 2010	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2011
Trabalhistas	387	11	(316)	12	94
Cíveis	1.072	202	(82)	(51)	1.141
Fiscais	478	-	(385)	894	987
Total	1.937	213	(783)	855	2.222
Depósitos e cauções vinculados (*)	(604)	-	-	-	(434)

(*) A Energisa NF possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$1.730 (R\$1.713 em 2011 e R\$1.868 em 01/01/2011), dos quais R\$1.190 (R\$1.279 em 2011 e R\$1.264 em 01/01/2011) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$90, sendo de indenizações trabalhistas R\$3 (R\$272 em 2011) e de indenizações cíveis R\$87 (R\$62 em 2011).

Perdas prováveis:

Trabalhistas

Durante o exercício de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$73 (R\$11 em 2011) com reversões de R\$316 em 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$181.

No exercício de 2012, foi registrado complemento de provisão no montante de R\$94 (R\$202 em 2011) e reversão de provisões no montante de R\$203 (R\$82 em 2011) em face de liquidação de processos.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a COFINS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$13.749 (R\$18.066 em 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, conseqüentemente, não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se a reclamação trabalhista no montante de R\$140 (R\$132 em 2011), que tem por objeto diferenças de periculosidade, horas extras, anuênio e dupla função.

Cíveis

Essas ações no montante de R\$11.415 (R\$17.005 em 2011), têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia a título de PIS, COFINS e ICMS bem como causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor).

Fiscais

Essas ações no montante de R\$2.194 (R\$929 em 2011), têm por objeto pedidos relacionados a ISSQN relacionados aos serviços da concessão.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Companhia é de R\$32.650, atribuídos a 10.825 ações ordinárias e 2.562 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais terão todos os direitos reservados às ações ordinárias, menos o de voto nas Assembleias, direito esse que adquirirão nos casos previstos na legislação vigente.

O capital social da Companhia poderá aumentar o número de ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais existentes.

21.2 Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente ao ágio que lhe deu origem.

21.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

21.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	14.031	6.135
Dividendos prescritos	81	79
Reserva legal	(702)	(307)
Lucro líquido ajustado	13.410	5.907
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em setembro de 2011 - R\$ 95,46 por ação	-	1.278
. Pagos em dezembro de 2011 - R\$ 176,70 por ação	-	2.365
. Pagos em setembro de 2012 - R\$ 216,13 por ação	2.893	-
. Pagos em dezembro de 2012 - R\$ 77,10 por ação	1.032	-
	3.925	3.643
(**) Dividendos complementares R\$708,50 por ação (R\$169,12 em 2011)	9.485	2.264
Total dos dividendos	13.410	5.907
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas AGEs de 09 de agosto e 20 de dezembro de 2012 (RCAs de 10 de agosto e 23 de dezembro de 2011) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de novembro de 2012 (30 de junho e 30 de setembro de 2011), respectivamente.

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do ICPC-08 (R1).

22. Receita operacional

	2012			2011		
	Não auditada pelos auditores independentes			Não auditada pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	84.241	154.206	71.776	82.633	151.436	69.546
Industrial	947	59.188	21.980	959	60.149	22.819
Comercial	9.395	70.198	32.192	9.412	64.390	29.103
Rural	959	4.926	1.476	939	4.612	1.344
Poder Público:						
Federal	54	1.127	524	55	1.132	516
Estadual	76	1.580	760	76	1.586	747
Municipal	211	4.344	2.077	212	4.363	2.043
Iluminação Pública	2	20.554	5.667	2	21.013	5.624
Serviço Público	103	10.264	3.312	91	9.286	3.079
Consumo Próprio	19	356	-	21	343	-
Subtotal	96.007	326.743	139.764	94.400	318.310	134.821
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	4.909	-	-	3.503
Fornecimento não faturado (líquido)	-	368	(803)	-	(335)	1.042
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	1.836	-	-	1.583
Receita de Construção	-	-	10.354	-	-	18.651
Outras receitas operacionais	-	-	4.488	-	-	3.662
Total - receita operacional bruta	96.007	327.111	160.548	94.400	317.975	163.262
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	34.767	-	-	34.168
PIS	-	-	2.476	-	-	2.401
COFINS	-	-	11.406	-	-	11.059
ISS	-	-	106	-	-	92
Quota para RGR	-	-	1.706	-	-	1.067
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	443	-	-	427
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	3.543	-	-	3.410
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	3.620	-	-	4.632
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	710	-	-	684
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	330	-	-	-
Total	-	-	59.107	-	-	57.940
Total - receita operacional líquida	96.007	327.111	101.441	94.400	317.975	105.322

23. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

ENERGISA NOVA FRIBURGO NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM	DE	PRESTADO	COM	GERAIS		
	ENERGIA ELÉTRICA	OPERAÇÃO	A TERCEIROS	VENDAS	E ADMINIST.	2012	2011
Energia elétrica comprada para revenda	37.411	-	-	-	-	37.411	31.226
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	13.748	-	-	-	-	13.748	13.485
Pessoal e administradores	-	3.198	-	1.604	4.207	9.009	7.647
Entidade de previdência privada	-	22	-	-	117	139	175
Material	-	667	1	190	112	970	1.301
Serviços de terceiro	-	8.332	6	1.746	5.959	16.043	16.299
Depreciação e amortização	-	3.769	-	9	366	4.144	4.285
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	188	-	188	266
Provisões para riscos	-	-	-	-	(37)	(37)	(570)
Custo de construção	-	-	10.354	-	-	10.354	18.651
Aluguéis	-	-	-	22	702	724	748
Outras	-	608	-	42	1.021	1.671	1.631
	51.159	16.596	10.361	3.801	12.447	94.364	95.144

24. Outros resultados

	2012	2011
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	1.423	989
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(2.081)	(1.138)
Total	(658)	(149)

25. Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Receita de aplicações financeiras	537	1.069
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	1.606	1.419
Atualização contas a receber da concessão - VNR	16.286	-
Outras receitas financeiras	92	607
Total receita financeira	18.521	3.095
Encargos de dívidas - juros	(2.740)	(3.165)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(2.900)	(517)
Transferência para ordens em curso	210	769
Ajuste valor presente ativo	(1)	(5)
Marcação a mercado derivativos	1.351	(168)
Instrumentos financeiros derivativos	1.644	165
Outras despesas financeiras	(1.434)	(1.218)
Total despesa financeira	(3.870)	(4.139)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	14.651	(1.044)

26. Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 10.825 ações ordinárias e 2.562 ações preferenciais.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2012	2011
Riscos Nomeados	23/10/2013	23.000	42	67
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2013	44.572	27	29
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2013	Até R\$200 mil / veículo	20	20
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2013	8.148	38	32
			<u>127</u>	<u>148</u>

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso do empréstimo com o Citibank, Merrill Lynch, Itaú BBA e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve revisões em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.170	-	-	-	113	7.283
Empréstimos e financiamentos	2.180	2.700	51.657	5.884	7.437	69.858

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e a percepção de risco está aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2012	2011	01/01/2011
Caixa e equivalente de caixa	5.260	4.262	9.395
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	3.907	1.889	1.770
Consumidores e concessionárias	14.991	17.555	14.613
Títulos de créditos a receber e outros	373	231	197
Conta a receber da concessão	68.786	48.146	32.221

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições financeiras do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2012, com alta de 8,94% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2,0435/USD.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa NF, em 31 de dezembro de 2012, de R\$55.212 (R\$40.292 em 2011 e R\$27.207 em 01/01/2011), R\$36.558 (R\$15.588 em 2011) estão representados em dólares, provenientes de US\$17,9 milhões (US\$17,7 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Bank of America Merrill Lynch, Itaú BBA e Citibank com vencimento de longo prazo (vencimentos entre fev/14 e dez/15) e custos de até US\$ mais 3,2466% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 apresenta no ativo não circulante R\$1.183 e em 2011, R\$168 no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa NF possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

- 1) Proteção para o montante equivalente a US\$8,4 milhões de principal mais juros (US\$8,3 milhões de principal) do empréstimo captado junto ao Citibank, por meio de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,917 (Set-14) pelo prazo de até 30/09/2014, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ mais (LIBOR mais 2,250% ao ano) por 91,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos até 30/09/2014, bem como o valor do principal nesta última data.
- 2) Proteção para o montante equivalente a US\$4,1 milhões de principal mais juros (US\$4,0 milhões de principal) do empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch, por meio de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,65 (Fev-14) pelo prazo de até 18/02/2014, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ mais (LIBOR mais 2,45% ao ano) por 102,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos até 18/02/2014, bem como o valor do principal nesta última data.
- 3) Proteção para o montante equivalente a US\$3,0 milhões de principal mais juros (US\$3,0 milhões de principal) do empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA, por meio de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,85 (Ago-14) pelo prazo de até 17/08/2015, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ mais 4,33% ao ano por 100,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos até 17/08/2015, bem como o valor do principal nesta última data.
- 4) Proteção para o montante equivalente a US\$2,5 milhões de principal mais juros (US\$2,4 milhões de principal) do empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA, por meio de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,95 (Dez-15) pelo prazo de até 28/12/2015, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ mais 3,82% ao ano por 110,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos até 28/12/2015, bem como o valor do principal nesta última data.

No exercício, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$1.351 (negativo no exercício de 2011 em R\$168) decorrentes da apreciação do dólar.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM nº 550/08, revogada pela Deliberação CVM nº 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência			Descrição	Valor justo			Efeito acumulado	
	2012	2011	01/01/2011		2012	2011	01/01/2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
Swap com opções - Itaú BBA, Santander, Merrill Lynch e Citibank	Nocional (BRL)			Posição Ativa Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	44.892	15.739	-		
	39.913	15.073	-	Posição Passiva Taxa de Juros CDI	(40.481)	(15.121)	-		
				Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(329)	(621)	-	62	(996)
				Posição Total Swap Com Opções	4.082	(3)	-		

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. Esses contratos não preveem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa NF foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

- **Análise de Sensibilidade**

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2012, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos			3.881	(4.704)	(13.289)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	44.892		34.341	42.926	51.512
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(40.481)	Alta do US\$	(33.436)	(33.436)	(33.436)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(329)		-	-	(3.873)
Total	4.082		4.786	4.786	914

(1) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$4.786, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$4.786 e R\$913, respectivamente.

a) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,25% a.a. e a TJLP = 5% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	6.682	Alta CDI	489	611	734
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(4.020) (7.978)	Alta CDI Alta TJLP	(323) (795)	(395) (900)	(468) (1.004)
Total	(5.316)		(629)	(684)	(738)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2013 (7,25% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2012 e a TJLP 5% a.a.

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$36.558.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2012	2011	01/01/2011
Ativos				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	3.907	1.889	1.770
Instrumentos financeiros derivativos	2		165	-
Contas a receber da concessão	3	54.700	48.146	32.221
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	(168)	-

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

30. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida. No exercício de 2012, as despesas de patrocínio do plano foram da ordem de R\$116 (R\$91 em 2011).

b) Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$498 (R\$431 em 2011) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$115 (R\$67 em 2011) e no não circulante R\$383 (R\$364 em 2011).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	2012	2011	01/01/2011
Valor presente das obrigações atuariais	615	332	347
Valor justo dos ativos do plano	(49)	(19)	-
Ganhos atuariais não reconhecidos	(68)	118	-
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	498	431	347

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2012.

	2012	2011	01/01/2011
Valor presente das obrigações no início do ano	332	347	-
Benefícios pagos	(38)	(64)	-
Juros sobre obrigação atuarial	39	40	-
Custo do serviço corrente (com juros)	32	28	-
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	250	(19)	347
Valor das obrigações calculadas no final do ano	615	332	347

Demonstração das despesas para o exercício de 2013, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	2012	2011
Valor presente das obrigações no início do ano	61	32
Juros sobre as obrigações atuariais	54	39
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	-	(4)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	115	67

c) Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de as despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2012, as despesas com esse benefício foram de R\$268 (R\$147 em 2011).

31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	2013	2014
2013 a 2014 (*)	37.832	39.081

(*) Os contratos com a Ampla são renováveis a cada triênio.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012. A energia requerida após 2012 encontra-se em processo de negociação junto ao gerador.

32. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

33. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios e comitês de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro.
4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2012, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$4.682 (R\$9.807 em 2011), sendo R\$3.767 (R\$8.930 em 2011) alocados no ativo imobilizado e R\$915 (R\$877 em 2011) em despesas operacionais.

34 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2012	2011	01/01/2011
Atualização contas a receber da concessão - VNR	16.286	-	-
Contas a receber da concessão	4.973	16.839	-
Fornecedores de intangível e imobilizado	876	-	-
Dividendos a pagar	-	2.446	160

34 Evento subsequente

Redução das tarifas de energia elétrica

O Governo Federal editou em 11 de setembro de 2012 a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 que dentre outros veio reduzir os encargos setoriais: (i) eliminação da RGR (Reserva Global de Reversão) e da CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução de 75% dos custos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

Os custos da CCC - Conta de Consumo de Combustíveis - CCC serão providos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE criada pelo Governo Federal para desenvolvimento energético dos Estados.

A redução dos preços das tarifas de energia elétrica não causarão impactos diretos no resultado da Companhia em face da diminuição da receita ter contrapartida nos dos encargos setoriais e nos impostos incidentes sobre as vendas.

Em 24 de janeiro de 2013 foi efetuada uma revisão tarifária extraordinária com estabelecimentos de novas tarifas aos consumidores.

Segue as reduções efetuadas nas tarifas:

Efeito Médio para o Grupo A			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
A4 (2,4 a 44 kV)	251,97	198,06	-21,39%

Efeito Médio para o Grupo B			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
B1 - Residencial	348,18	285,24	-18,08%
B2 - Rural	210,64	172,58	-18,07%
B3 - Demais Classes	335,99	275,26	-18,07%
B4 - Iluminação Pública	188,62	154,53	-18,07%

Efeito Médio para a Distribuidora			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
Consumidores Cativos	309,79	251,74	-18,74%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Administradores da
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.
Nova Friburgo - RJ**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, preparadas originalmente antes dos ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa no 3, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa no 3, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4